

Apresentação

É com orgulho que apresento a edição ordinária de número 50 da Revista do Ministério Público Militar, referente ao primeiro semestre de 2026. A consolidação desta marca histórica reafirma o sucesso do nosso sistema de publicação contínua, modelo dinâmico que rompe com os formatos tradicionais de fechamento de edições, garantindo total celeridade aos autores na difusão de suas pesquisas e oferecendo aos leitores um fluxo constante de novos e relevantes conhecimentos jurídicos ao longo de todo o período.

O grande diferencial deste volume comemorativo é a estreia de duas frentes de trabalho inéditas: as seções “Autores Convidados” e “Entrevistas”. Ambas foram planejadas para enriquecer o debate público e estreitar os laços entre pesquisadores consagrados, operadores do Direito de longa trajetória e novos estudiosos da área.

Abrindo a seção *Autores Convidados*, os gerentes do Banco do Brasil Ryan Maragno e Fauzi Anderson Yamazato trazem um alerta necessário sobre o avanço veloz das fraudes e do estelionato digital no país. O artigo analisa como essa criminalidade virtual afeta simultaneamente o patrimônio de órgãos públicos, empresas privadas e cidadãos comuns, exigindo novas estratégias de enfrentamento.

Em seguida, os promotores de Justiça Militar Millord José Guimarães Silva e Murilo Antônio dos Santos propõem um debate essencial sobre a fixação de valor mínimo para a reparação de danos decorrentes de infrações penais. Os autores jogam luz sobre a necessária valorização da vítima no processo criminal — uma mudança de paradigma que, nos últimos anos, vem ganhando o merecido destaque em contrapartida à visão tradicional que focava quase que exclusivamente na figura do autor do delito.

O cenário global e as complexas relações internacionais também ganham voz nesta seção. O magistrado, professor e ex-procurador militar da Romênia, Irinel Rotariu, traz um artigo de extrema atualidade para tempos de conflitos globais, analisando com preocupação as sanções políticas e econômicas que vêm sendo aplicadas ao Tribunal Penal Internacional (TPI) e ao seu corpo de funcionários.

Fechando esse bloco, o Subprocurador-Geral de Justiça Militar e professor-doutor da UnB, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, aprofunda-se no universo das implicações jurídicas decorrentes da participação de cidadãos brasileiros em forças armadas ou grupos armados em

Apresentação

solo estrangeiro, desmistificando as consequências legais dessa conduta perante o Direito nacional e internacional.

Na seção *Entrevistas*, apresentamos um diálogo inspirador com a pós-doutora em Direitos Humanos e coordenadora de pesquisa do CNPq, Edna Raquel Hoggemann. Autora do célebre artigo “Conquista das mulheres no Brasil: A linha do tempo das leis e políticas públicas”, ela compartilha sua trajetória na defesa dos direitos de gênero. Na entrevista, a pesquisadora expõe com clareza que, embora a legislação brasileira venha evoluindo positivamente desde o século XIX, ainda há um longo caminho a ser trilhado para assegurar a real igualdade e proteção das mulheres na sociedade.

Por fim, nossa tradicional seção de *Artigos* segue firme em seu propósito de impulsionar o rigor científico e o aprimoramento técnico, especialmente no campo do Direito Militar. Nesta edição, o leitor encontrará um cardápio de estudos fundamentais e contemporâneos, incluindo:

- A análise de compatibilidade do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) diante dos princípios pilares da hierarquia e da disciplina militar;
- O crescente protagonismo feminino nas fileiras do Exército Brasileiro e a busca pela paridade de gênero na estrutura da Justiça Militar;
- O enquadramento dos crimes militares cometidos no contexto de milícias privadas;
- Os desafios práticos da participação armada transnacional.

Expressamos nosso mais sincero agradecimento a todas as autoras e autores que doaram seu tempo e conhecimento para estruturar esta edição com pesquisas de elevado rigor acadêmico e indiscutível utilidade pública. Cada página publicada fortalece o debate jurídico e o aperfeiçoamento das nossas instituições. Reiteramos o nosso reconhecimento a toda a comunidade acadêmica e reforçamos que as portas permanecem permanentemente abertas, convidando novos pesquisadores a submeterem seus estudos para os próximos ciclos de publicação.

Desejamos a todos uma excelente e proveitosa leitura!

Clauro Roberto de Bortoli
Procurador-Geral de Justiça Militar